

O ATENDIMENTO A UMA ESTUDANTE COM SURDEZ NO ENSINO SUPERIOR: A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO PEDAGÓGICO (NAP)

Cristiane Gomes Ferreira ¹
João Vitor Silva de Oliveira ²
Micaele Aragão Silva ³
Sinoélia Silva Pessoa ⁴
Tânia Maria Boschi ⁵

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar as ações do Núcleo de Atendimento Pedagógico (NAP) oferecido à uma estudante surda matriculada no Curso de Matemática da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. O trabalho do NAP teve início no primeiro semestre de 2018. O referido Núcleo foi criado com o propósito de auxiliar a discente em sua formação docente, pois foi identificadas diversas carências e demandas por parte da estudante. Ele é composto por professoras do Departamento em que a discente está matriculada, a atual Coordenadora do Curso e dois monitores de ensino. Alguns autores que embasaram esse estudo foram: Honora (2014), Araújo (2015), Strobel (2009), Ponte (2006), entre outros. Esse trabalho apresenta uma abordagem qualitativa e utiliza a pesquisa participante. Será apresentado os as dificuldades de uma aluna surda no ensino superior, caminhos percorridos pelo NAP, as ações desenvolvidas e a avaliação da práxis metodológica. O trabalho do NAP foi submetido ao comitê de ética número CAEE 09213719.9.0000.0057. Espera-se que o resultado auxilie na compreensão sobre a educação de surdos, esclarecendo dúvidas sobre a relação entre a Libras e a língua portuguesa, auxiliando o desenvolvimento matemático desta comunidade, além do desenvolvimento de novas metodologias de trabalho para esse público.

Palavras-chave: Educação de surdo, Núcleo de Atendimento Pedagógico, Monitoria de ensino, Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, não tem mais como negar que a matrícula das pessoas com deficiência e surdez tem crescido nas escolas de educação básica e aos poucos vem aumentando no ensino superior. Segundo o relatório do censo da educação superior 2017 publicado em 2018 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), as matrículas em cursos de graduação de alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas

¹ Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), BA, crisgfe.inclusao@gmail.com;

² Graduando Licenciatura Matemática, Universidade do Estado da Bahia – UNEB – balastrar@gmail.com;

³ Graduanda Licenciatura Matemática, Universidade do Estado da Bahia – UNEB – djesmica04@gmail.com;

⁴ Professora Auxiliar, Universidade do Estado da Bahia – UNEB – sissi95@hotmail.com;

⁵ Professora Assistente, Universidade do Estado da Bahia – UNEB – tmboschi@hotmail.com.

Habilidades/Superdotação evoluíram de 20.530 (2009) para 38.272 (2017), um aumento percentual de 86,42%. Os números são grandes e esse resultado é o reflexo das mudanças na legislação que cada vez mais permitem a essas pessoas acesso aos espaços educacionais.

Podemos observar que os números estão em ascensão, esse grupo social tem avançado pela educação básica, contudo, se considerarmos os 45, 6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência no Brasil (IBGE, 2010), é possível verificar que ainda há um número muito grande de sujeitos fora das escolas e das Instituições de Ensino Superior (IES). Com esse panorama estatístico, pode-se refletir o desafio que as universidades enfrentam e vão enfrentar futuramente, na medida em que esse público ultrapasse a educação básica.

O fato é que a pessoa com deficiência e surdez aos poucos vão adentrando o ensino superior, entretanto as dificuldades não são diferentes das encontradas na educação básica. Sofrem preconceitos, as instituições têm problemas com acessibilidade e há barreiras atitudinais, comunicacionais e principalmente, metodológicas por parte dos professores. Faz-se necessário todo auxílio, seja da gestão, dos professores e também de um Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Foi nesse entendimento que foi criado o projeto – Núcleo de Atendimento Pedagógico (NAP) da UNEB/Campus X, com o objetivo de desenvolver acompanhamento pedagógico, prático e metodológico para atender a estudante surda matriculada no curso de matemática, já que não temos um AEE.

É perceptível a dificuldade da estudante em acompanhar alguns componentes curriculares, primeiro por causa da diferença linguística, ela é usuária da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e segundo pelas fragilidades recebidas da educação básica, ampliadas pela sua limitação sensorial, a surdez. Peixoto (2006) em seu trabalho, relata que o processo de entendimento do estudante, deve partir das línguas de sinais para chegar a outra língua escrita e com isso ele poder repensar a sua escrita e leitura. Mesmo com a presença de um intérprete, podemos afirmar que o processo é complexo e que só a matrícula não é suficiente para garantir a inclusão no espaço universitário. Assim, surgiu o NAP na compreensão que a estudante necessitava de apoio pedagógico e auxílio dentro da universidade.

Desse modo, os objetivos desse trabalho são: a) apresentar o trabalho desenvolvido pelo NAP; b) discutir sobre as dificuldades de um estudante surda no ensino superior; c) fazer um relato das ações desenvolvidas e a práxis metodológica do NAP.

O artigo utiliza como referencial teórico os autores Skliar (2015), Strobel (2009), Honora (2014), Araújo (2015) nas discussões sobre educação de surdos; Pimentel (2012), Ferreira, Mendes e Costa (2015), Rocha e Miranda (2009) sobre educação inclusiva; Vicenzi

(2016) sobre monitoria no ensino superior. Também trabalhamos com autores Ponte (2006), Meirieu (2005), Gil (2012), entre outros.

Esse trabalho tem relevância para o campo educacional, pois aborda as experiências, os desafios e as metodologias encontradas no ensino de pessoas surdas nas IES. O trabalho do NAP é precursor na UNEB, principalmente no Campus X e traz importantes apontamentos nessa área de estudo. Ele também envolve questões sobre a monitoria, o estudo de metodologias para o ensino de matemática para pessoas surdas e práticas do AEE.

EDUCAÇÃO DE SURDOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

A história da pessoa surda, bem como da pessoa com deficiência sempre foi marcada com exclusão e preconceitos. Honora (2014) relata que os primeiros registros que se tem sobre educação dos surdos vem do século XII, quando os gregos e romanos descreviam que o surdo não era humano, devido a sua falta de fala.

Strobel (2009) descreve que ao longo da história encontra-se várias informações de como a pessoa surda era tratada. Ainda no período medieval ela descreve que “aos surdos eram proibidos de receberem a comunhão porque eram incapazes de confessar seus pecados, também haviam decretos bíblicos contra o casamento de duas pessoas surdas só sendo permitido aqueles que recebiam favor do Papa” (STROBEL, 2009, p. 18).

Mesmo a surdez sendo vista como uma doença e que o surdo necessitava aprender a oralizar, a língua de sinal era muito utilizada nos meios educacionais e dentro das comunidades surdas, mas foi no ano de 1880 no Congresso Internacional de Surdo-Mudez em Milão, que ocorreu uma mudança no ensino da pessoa surda e que repercutiu seriamente até os dias de hoje, a proibição do uso das mãos para se comunicarem. Esse Congresso oficializou o método oral como o mais adequado nas escolas de surdos e proibiu o uso da língua de sinais.

Essa proibição prejudicou enormemente os surdos, infelizmente ela levou 100 anos para ser contestada, fato esse que trouxe grandes atrasos para esses sujeitos. Só a partir de 1970, é que o uso da Língua de Sinais foi reconhecida. Isso porque, surgiu nesse período a Comunicação Total, uma metodologia que permitia o uso da língua oral e a língua sinalizada.

Na Europa e nos EUA no final dos anos de 1970, um outro movimento educacional se intensificou, o bilinguismo, que no Brasil foi mais fortemente defendido após a década de 1990. O bilinguismo compreende o ensino de duas línguas, a Língua de Sinais como língua materna e a língua do país em sua forma escrita, no Brasil, o Português. “A proposta de educação bilíngue para surdos pode ser definida como uma oposição aos discursos e às práticas clínicas

hegemônicas – características da educação e da escolarização dos surdos nas últimas décadas – e como um reconhecimento político da surdez como diferença” (Skliar, 2015, p. 7).

No que se refere a legislação o surdo brasileiro teve no ano de 2002 a criação da Lei 10.436/2002, ela reconhece a Libras como a língua materna usada legalmente pelas pessoas surdas brasileiras. Em 2005 foi criado o Decreto 5626, que trouxe maior condição ao reconhecimento da Libras, pois exige a inclusão dessa língua nos currículos de licenciatura e fonoaudiologia e a obrigatoriedade de interpretes nos espaços públicos.

É possível refletir que o surdo tem efetuado conquistas, entretanto, o processo tem sido lento e demorado. Ainda é comum o surdo ser chamado de surdo-mudo, termo abolido com o entendimento que o surdo pode falar e não é mudo. Também ainda se faz necessário as instituições atenderem a exigência de interpretes nos espaços educacionais, o que prejudica enormemente a esse sujeito e a dificuldade em implantar escolas bilingues para eles.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO ENSINO SUPERIOR: PROXIMIDADES E AÇÕES PEDAGÓGICAS

De acordo com a legislação brasileira (Decreto nº 7.611/2011) o AEE deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a família e atender as especificidades do público alvo da educação especial em articulação com as demais políticas públicas. O AEE tem como objetivos segundo a legislação, prover condições de acesso, participação e aprendizagem, garantir transversalidade das ações, fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem barreiras e assegurar continuidade de estudos.

Esse Decreto assegurou que as políticas de inclusão sejam reforçadas no que se refere ao planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, comunicações, apoio nos materiais didáticos e pedagógicos e no desenvolvimento de todas as atividades das pessoas com deficiência na instituição escolar, mesmo que ainda estejamos longe do modelo de inclusão.

Com isso, queremos esclarecer que não podemos considerar o NAP como um AEE, pelo entendimento de que ainda faltam muitas coisas com base nos objetivos do Decreto, contudo, quando ele foi criado em 2018.1 para atender a uma estudante surda, foi pela compreensão de que a universidade tem a responsabilidade de realizar um trabalho diferenciado e por identificar que sem uma ajuda maior para além da sala de aula, iríamos apenas emitir um diploma sem considerar as carências e as dificuldades vivenciadas pela estudante ao longo do sistema educacional.

A UNEB Campus X é um Departamento de Educação, possui sete (07) cursos de formação para professor e como tal precisa de maior cuidado e responsabilidade com a formação inicial desses estudantes, pois é dele que sai os futuros profissionais da educação, ou seja, futuros professores. Para Rocha e Miranda (2009) a universidade exerce importante papel social e por esse motivo não pode ser indiferente à diferença. Ainda para os autores a universidade deve buscar um processo educacional mais justo e democrático, no qual garanta não só as questões legais, mas também a permanência desses estudantes.

Com isso, podemos pensar que a educação inclusiva na universidade assume proporções significativas, primeiro como um espaço teórico metodológico no que diz respeito a buscar novas maneiras do planejar, do ensinar e de contribuir para as questões de inovação da educação em seu tripé ensino, pesquisa e extensão, e segundo fazer desse espaço educativo, um lugar que o diferente também se sinta acolhido, no qual abra possibilidades para às pessoas com algum tipo de deficiência e surdez.

O NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO (NAP):CAMINHOS PERCORRIDOS

Esse trabalho tem uma abordagem qualitativa e é uma pesquisa participante, pois de acordo com Gil (2012), há um envolvimento entre os pesquisadores e o pesquisado, existe um relacionamento entre esses sujeitos, pois cada um dos envolvidos é pesquisador e pesquisado ao mesmo tempo. Do ponto de vista organizativo, apresentaremos o que é o NAP, como ele é formado e a metodologia de trabalho desenvolvida. Esses tópicos estarão dispostos em subitens.

O que é o NAP

O Núcleo de Atendimento Pedagógico teve início no primeiro semestre de 2018. A formação desse Núcleo sempre foi o sonho de uma das docentes do grupo que é pedagoga e trabalha com o componente curricular Educação Inclusiva. Desde o ano de 2014, com a entrada da estudante surda na universidade que ela buscava formar um grupo de apoio. Infelizmente, existe resistência de alguns docentes em relação ao movimento da inclusão, fato esse que dificultou na demora da criação do Núcleo para apoio à discente.

A interpretação de educação inclusiva pelos docentes do colegiado de matemática, se resume em acreditar que apenas a presença de um intérprete e a transcrição de suas aulas são suficiente para que a inclusão ocorra.

Sabemos que os processos de inclusão é muito mais do que apenas o professor e o estudante em sala de aula. Alcoba (2008) apud Anache, Rovetto e Oliveira (2014) relatam que o AEE deve integrar a infraestrutura de uma universidade, assim como um laboratório de

informática, para que ele possibilite aos estudantes um convívio social e diminua a condição de limitação do indivíduo.

Com essa perspectiva foi criado o NAP, não é exatamente um AEE como já relatado anteriormente, mas compreendemos que ele possui relevância diante das necessidades da estudante e oportunidade de aprendizado para todos os envolvidos (professores, monitores e estudante surda). Também é atribuído ao NAP a tarefa de informar os progressos da discente aos docentes e discentes do colegiado e ajudar na compreensão da inclusão da pessoa surda dentro do ambiente universitário.

Pimentel (2012) contribui com esse estudo quando informa que não basta garantir o acesso dos estudantes ao ambiente educacional, é preciso dar apoio ao docente para que a inclusão aconteça, garantindo a equidade no atendimento pedagógico. Todo esse esforço serve para que o Colegiado de Matemática amplie conhecimentos e discussões sobre o processo de inclusão.

O trabalho do NAP

O NAP se reúne uma vez por semana com a presença de todos os integrantes, nessas reuniões realizamos o planejamento das ações que serão desenvolvidas e fazemos uma avaliação das atividades aplicadas da semana anterior, com o propósito de efetuar correções.

Nesses encontros realizamos adequações metodológicas de ensino, discutimos o desenvolvimento da mudança de postura da discente em relação ao seu objetivo de formação (licenciatura), fazemos adequação do canal de comunicação Libras e Português (uso de materiais pedagógicos e compartilhamento de sinais utilizados) e ajustes no direcionamento do trabalho que foi desenvolvido individualmente pelos monitores e com a professora em horários distintos. Esse momento é muito importante, pois alhamos o trabalho do grupo.

A estudante se reúne uma vez por semana com os dois monitores de ensino (estudantes de matemática) e pelo menos duas vezes por semana com a professora que realiza o acompanhamento pedagógico. Necessário esclarecer que apenas a professora que faz acompanhamento tem algum conhecimento de Libras.

Um estudante monitor fica responsável por trabalhar conteúdos matemáticos, avaliamos que seria necessário reforçar conceitos e conhecimentos específicos, pois identificamos várias lacunas nos conteúdos teóricos matemáticos devido à realidade de educação matemática que esses estudantes surdos enfrentam na educação básica.

O outro, é responsável por ensinar letramento matemático contido nos conteúdos matemáticos abordados nos livros didáticos. Uma vez que o ensino básico da estudante proporcionou apenas uma alfabetização matemática. O objetivo do monitor é prepará-la para

as leituras e escrita do universo matemático. Nesse entendimento, trazemos Guarinello et al (2009) que defendem o letramento como uma atividade efetiva da tecnologia e da escrita na qual envolve a possibilidade de ler e escrever para cumprir objetivos diversos, dentre os quais informar, interagir com outros e ampliar conhecimentos. Este elemento na compreensão do NAP é um fator essencial em uma formação docente.

Essa metodologia de trabalho foi identificada após vários encontros com a estudante e por avaliarmos que tínhamos que manter a língua de sinais, a Libras como foco do trabalho com ela. A nossa intenção é desenvolver habilidades da sua formação docente do curso em que a estudante se matriculou na Universidade (Licenciatura em Matemática).

Acreditamos que ela precisa de ajustes entre a Língua Portuguesa e a Linguagem Matemática, um direcionamento dos conteúdos, a fim de adequar o ensino para um desenvolvimento dos saberes matemáticos. Desse modo, optamos por realizar um trabalho diferenciado, muito mais amplo do que apenas um reforço escolar. Ponte (2006) sugere uma relação entre conhecimento e desenvolvimento profissional, o autor chama atenção que o professor de matemática precisa ter capacidade de lidar com os problemas do dia a dia, assim como dispor de uma formação adequada, conhecimentos de diversas áreas, conhecimentos matemáticos, pedagógicos e naturalmente a didática da matemática para proporcionar ao professor ferramentas para sua prática em sala de aula.

Essa análise de Ponte (2006) refere-se ao desenvolvimento de profissionais ouvintes, entretanto esse cuidado deve ser redobrado com o desenvolvimento profissional de uma licenciada surda, pois existem várias outras dificuldades enfrentadas pela comunidade surda que ultrapassam os conflitos entre as línguas, como por exemplo o letramento matemático.

Os estudantes (monitores de ensino) são acompanhados pelas professoras. Nas reuniões são orientados quanto aos conteúdos a desenvolver, há discussões metodológicas, compartilhamos de sinais em Libras criados⁶ pela estudante, interpretamos a escrita em português das atividades realizadas e a evolução da estudante.

Trabalho dos monitores com a estudante surda

A monitoria (ensino e extensão) nas universidades se constitui em uma importante ferramenta de aprendizado para os estudantes dos cursos de graduação. Ela tem alcance pedagógico e social, desde quando as relações estabelecidas entre os sujeitos (professor, monitor e estudantes/comunidade externa) são construídas no percurso acadêmico promovendo o desenvolvimento de todos os envolvidos, principalmente do monitor.

⁶ Quando não encontramos sinais matemáticos em Libras, a estudante surda cria o sinal. Essa característica de criar sinal apenas pode ser feita pela pessoa surda.

A LDB 9394/96 no Art. 84 descreve que “os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos”. Frison (2016) ainda acrescenta que as atividades assumidas pelos estudantes monitores, auxiliam o professor, além de ser utilizada como estratégia de apoio ao ensino, especialmente aos estudantes com dificuldades de aprendizagem.

São dois estudantes do Curso de Matemática que atuam na monitoria de ensino com a estudante. O Colegiado realizou uma seleção, com pré requisito que os estudantes já tivessem cursado o Componente Libras e especialmente, interesse em enriquecer o currículo com uma formação em educação inclusiva e educação surda. O trabalho tem possibilitado aos dois monitores experiências pedagógicas no campo da educação de surdos, compreensão da educação matemática e do fazer docente.

Trabalho da professora com a estudante surda

A educação inclusiva tem convocado a todos os professores para um efetivo envolvimento e mudança paradigmática em relação às pessoas com deficiência e surdez nas instituições de ensino. Essa situação dentro das instituições educacionais tem trazido vários incômodos e desafios para todos os envolvidos, gestão, Secretarias de Educação, estudantes, funcionários e principalmente aos docentes.

Ferreira, Mendes e Costa (2015) relatam que um dos entraves encontrados na efetivação das pessoas com deficiência e surdez nas instituições de ensino é a aceitação por parte dos professores, mesmo compreendendo que é um direito legal.

Foi com a proposta de ir mais além do que o reconhecimento legal, que a professora iniciou o trabalho com a estudante surda. Quando começou os encontros pedagógicos ela não tinha conhecimentos de Libras e aos poucos foi aprendendo com a própria estudante e estudos em casa. Os encontros são feitos pelo menos duas vezes por semana. O trabalho de orientação é em relação aos conteúdos da área de educação, auxilia em algumas questões da língua portuguesa (leitura, melhora do vocabulário e interpretação de texto) e reforço do conteúdo trabalhado pelos monitores.

As ações desenvolvidas e a avaliação da práxis metodológica – o que pensam e fazem os integrantes

O NAP tem mais de um ano de trabalho e nesse período houveram avanços, muitos desafios e muitas alegrias pelo companheirismo que se criou com o grupo. Não temos a certeza se ao término do trabalho com a estudante ele se manterá, pelo fato de que ele foi criado para

atender a estudante surda e é a única que está matriculada na universidade, entretanto a experiência e o aprendizado enfrentado por todos servirá de base para outras vivências e compartilhamento com o meio acadêmico dentro e fora da UNEB.

De acordo com o Monitor (A) – (ensina conteúdo específicos da matemática) – utilizou como metodologia mapas conceituais no ensino-aprendizagem, ele relata que:

“Foi gratificante trabalhar com esta metodologia para mim enquanto professor, e o desempenho da estudante ao realizar as atividades propostas refletiram sob as minhas expectativas de maneira positiva. Ela se empenhou e conseguiu absorver muito bem os conteúdos, sempre se esforçava nas aulas e trazia suas vivências para complementar e discutir como ela via a Matemática em seu entorno. A demanda de tempo foi muito grande no trânsito entre os conhecimentos, mas isso foi por conta da minha falta de conhecimento enquanto professor, de metodologias que pudessem ser mais eficazes para o ensino-aprendizagem, além do pouco domínio da LIBRAS”

Monitor (B) – Letramento matemático

“Também aconteceu uma coisa que me trouxe enorme felicidade. Em uma das atividades, a discente apresentou dúvida por possuir conhecimento duplo sobre o que foi perguntado, isso me trouxe felicidade pelo fato de terem sido coisas que já foram estudadas durante a nossa monitoria, ou seja, mais uma coisa foi aprendida. A dúvida que ela apresentou foi mais referente a questão da linguagem portuguesa, pois o fato de sua língua materna ser a LIBRAS, por vezes é considerado natural o tipo de dúvida referente a escrita. Em muitos momentos vivi esse dilema na hora do encontro, pois a minha limitação no conhecimento da LIBRAS me deixou travada ao tentar explicar algo à ela que o sinal não existia na LIBRAS. Por muitas vezes consegui contornar esse obstáculo fazendo relação ao seu sinônimo. Então eu vejo que isso por vezes nos atrasa em nosso progresso”.

Podemos refletir pelas falas dos monitores de ensino que o trabalho desenvolvido na monitoria tem provocado novos estudos e conhecimentos, além de estimulá-los a autoavaliação do fazer docente. Esses aprendizados estão além do que é ensinado em sala de aula e contribui com sua formação inicial. Vicenzi et al (2016) descreve que a monitoria desperta o estudante para as áreas que mais lhe interessam, além de revelar novos horizontes e perspectivas acadêmicas. Ainda sobre o depoimento deles sobre a Libras e a educação de surdos, o fato deles apresentarem dificuldades nessa monitoria, é normal, pois segundo Araújo (2015) alfabetização matemática com surdos necessita de um profundo domínio da Língua de Sinais, do conhecimento matemático e metodologias significativas para o aprendizado. Portanto, podemos refletir que essa monitoria no ensino da matemática tem significado profundo para todos os envolvidos no processo.

PROFESSORES – O QUE FAZEM E PENSAM

Professor (A) – *“O trabalho com a estudante é muito rico e gratificante, pois mesmo que haja uma hierarquia em nossa relação professor e estudante em termos de conhecimento, posso afirmar que os momentos que passamos juntas ocorreu uma troca muito grande entre nós duas, eu aprendo Libras, ela aprende leitura e interpretação em língua portuguesa, letramento matemático, amplia seu léxico em português e também os sinais, pois a cada palavra nova em português procuramos a existência de sinal.*

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

De algum modo posso dizer que a metodologia utilizada é a teoria da ação comunicativa, o conhecimento gerado se processa pelo diálogo, trocas e respeito às diferenças. No início era muito complicado e extremamente difícil, mas na medida que melhoro na Libras e aumenta a relação de confiança entre nós duas, os estudos ficam mais criativos, alegres, críticos, pois há uma ação, avaliação e nova ação em todo o processo. O resultado é rico e estimulante. E depois do NAP, ficou ainda melhor, o trabalho em grupo possibilitou novas análises, ações metodológicas e avaliações processuais. Quero muito que ela saia da universidade, uma “verdadeira professora de matemática” e não apenas mais uma pessoa surda que passou pelo ensino superior.”

Professor (B) - *“O trabalho com o grupo NAP é muito interessante e enriquecedor. Não tenho conhecimento em libras, e preciso de interprete para me comunicar, mas existe uma característica muito interessante ao trabalhar como professora da estudante. Observo que ela é muitas vezes interpretada erroneamente pelos docentes, as dificuldades da estudante sempre ficam muito evidentes devido à limitação na comunicação (via interprete) em relação aos estudantes ouvinte, deixando uma impressão que a estudante não sabe nada, porém quanto ao tipo de dificuldades encontrada não vi grandes diferenças. Quanto ao trabalho no NAP existe uma preocupação de orientar os monitores para colocarem a estudante como sendo o centro de sua aprendizagem. A surdez, pela sua característica, facilita uma aprendizagem mecânica e, para a formação docente, precisamos que a estudante desenvolva reflexão sobre cada item trabalhado, assim, indicar que está correta ou não as atividades também é um aprendizado e nos revela o entendimento incorporado pela estudante, dado que não podemos desperdiçar. Assim, os monitores são orientados a aplicar as atividades e pedir a ela para corrigir, depois dessa reflexão é que fazem a interferência devida.”*

Meirieu (2005) embasa esse trabalho quando coloca que todos nós somos educáveis e que esse reconhecimento é a escolha da educação em oposição a exclusão. É uma aposta ética, esperar sempre o melhor e ter uma aposta prudente, ou seja, “nada jamais, permite afirmar que tudo já foi tentado e que não há mais nada a fazer (MEIRIEU, 2005, p.43)”.

CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS

Trabalhar em direção a uma sociedade inclusiva é papel e responsabilidade de todo educador que acredita nesse paradigma. Adentramos o século XXI, mas ainda nos deparamos com vários entraves e preconceitos diante da discussão educacional sobre as pessoas com deficiência e surdez. Os desafios são imensos, seja do ponto de vista metodológico, pedagógico, principalmente no aumento e direcionamento dos recursos públicos.

Nessa discussão, cabe enfatizar que no contexto histórico educacional, o ensino superior diferente da educação básica iniciou matrículas de jovens com deficiência e surdez mais tardiamente, entretanto, essa etapa da educação precisa eliminar todo tipo de barreira que dificulte o acesso desse público às IES.

O NAP como já dito nesse trabalho, tem sua gênese na vontade de minimizar as barreiras ainda impostas a uma estudante surda no ensino superior, em um Curso de Licenciatura Matemática. O que se tem visto na prática nessa etapa de ensino, é o descaso para com esses alunos e praticas pouco inclusivas no meio acadêmico, como se esse local fosse a coroação dos

mais aptos ou os mais meritórios. As instituições de ensino são o local de todos e precisamos garantir a essas pessoas condições necessárias de avançar com qualidade.

Para essa experiência o maior desafio do NAP é a barreira comunicacional, LIBRAS versus Língua Portuguesa, não temos o domínio da Língua, já que as outras questões (metodológicas, conteúdos, avaliação, letramento matemático) partem da análise linguística para a situação específica, letramento matemático. Contudo, o desafio foi aceito e mais de um ano de trabalho, podemos avaliar que ele tem tido resultados positivos, dentre eles: melhora acadêmica da estudante em sala de aula; sensibilização dos outros professores da matemática com mudanças metodológicas em sala; a cada dia o NAP compreende um pouco mais do universo da cultura surda e busca ações para usar metodologias adequadas e atuar com pessoas surdas; novos aprendizados para todos os envolvidos (NAP, estudante surda, estudantes, professores e gestão);

Infelizmente, entraves existem, não como forma de desistência, e sim como percepção que o caminho ainda é longo e árduo para se efetivar o paradigma inclusivo, são eles: dificuldades em contratação de interpretes; burocracias em uma instituição pública e que necessita de ações do Ministério Público; professores sem formação ou discussão adequada sobre a inclusão educacional; e, ausência de livros didáticos voltados para pessoas surdas.

REFERÊNCIAS

ANACHE, Alexandra Ayach, ROVETTO, Sabrina Stella Maris, OLIVEIRA, Regiane Alves de. **Desafios da implantação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior**. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/9037>. Acesso em 27/08/2018.

ARAÚJO, Ênio Gomes. **Ensino de matemática em Libras**: reflexões sobre minha experiência numa escola especializada. Tese (doutorado em Educação Matemática). Universidade Anhanguera de São Paulo, 2016. Disponível em **Ensino de matemática em Libras: reflexões sobre minha experiência numa escola especializada**. Acesso em 02/04/2019.

FERREIRA, Cristiane; MENDES, Cristiane; BESSA, Guilhermina. **Educação inclusiva na universidade - um olhar para formação inicial nos cursos de licenciatura uneb/campus x: aproximações com à diversidade**. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22301_10485.pdf. Acesso em 03/07/19.

FRISON, Lourdes M. Bragagnolo. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. **Revista Pro-Posições (online)**. V. 27, N. 1 (79). 133-153, Jan./Abr., 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-73072016000100133&script=sci_abstract&tlng=pt. acesso em 15/06/2019.

Gil, Antônio Carlos. (2012). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GUARINELLO, Ana Cristina et al. Surdez e letramento: pesquisa com surdos universitários de Curitiba de e Florianópolis. Rev. Bras. Ed. Esp. [online], Marília, v. 15, n.1, p-99-120, jan-abr, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382009000100008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 14/05/2019.

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização ensino fundamental, 1º Ciclo.** São Paulo. Cortez, 2014.

MAGALHÃES, Rita de Cassia Barbosa Paiva. **Currículo e inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: reflexões sobre a docência universitária.** IN MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de (Org). **Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais.** Natal: EDUFRN, 2013.

MEIRIEU, Philippe. **O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

PEIXOTO, Renata Castelo. **Algumas considerações sobre a interface entre a língua brasileira de sinais (LIBRAS) e a língua Portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda.** Cad. Cedes, Campinas, vol, 26, n.69, p. 205-229, maio/ago. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a06v2669.pdf>. Acesso em 14/05/19.

PONTE, João Pedro da (Org.). Formação do professor de matemática perspectivas atuais. In Práticas profissionais dos professores de matemática. In **Práticas profissionais dos professores de matemática.** PONTE, João Pedro da. p. 343-388. UIDEF, 2013.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: uma análise de seu acesso e permanência. In DÍAZ, Félix, Miguel Bordas, Nelma Galvão, Theresinha Miranda, organizadores; autores, Elias Souza dos Santos... [et al.]. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas - Salvador: EDUFBA, 2009.**

SKLIAR, Carlos. **Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística.** 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos.** Florianópolis, 2009. Disponível em http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em 21/03/2017

VICENZI, C. B. et al. A monitoria e seu papel no desenvolvimento da formação acadêmica. **Rev. Ciência em Extensão.** v. 12, n.3, p.88-94, 2016. Disponível em https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1257. Acesso em 10/04/19.